

## A ATUALIDADE DA PRIMEIRA TRILOGIA DE MICHAEL APPLE

**CAROLINA KRUSE RAMOS**

UFRGS

carolina.ramos@restinga.ifrs.edu.br

### INTRODUÇÃO

Michael Apple em sua primeira trilogia com *Ideologia e Currículo* (1979), seguida por *Educação e Poder* (1982) e *Trabalho docente e textos* (1986) objetiva analisar as relações entre conhecimento, ensino e poder. Nessas obras, o currículo é tido como construção social atravessada por relações de poder, mostrando o papel da escola na reprodução da hegemonia e a intensificação do trabalho docente, situando a educação como campo político.

Passados quase 50 anos, a obra de Michael Apple permanece atual para compreender as relações entre poder, educação e ideologia?

### DESENVOLVIMENTO

Apple (2016, p. 37) salienta a escola como central na reprodução das desigualdades sociais, operando por meio da distribuição de capital cultural e garantindo a “manutenção do controle social sem [...] mecanismos abertos de dominação”, mediante “um conjunto organizado [...] de valores e ações dominantes”. Assim, tem-se hegemonia como padrões fundamentais que são mantidos através de regras não verbais, e mantidas por meio do poderio econômico.

Escolas são agentes da hegemonia cultural e ideológica, agentes da tradição seletiva e da ‘incorporação’ cultural (Apple, 2016). A partir desta premissa surgem questões sobre o conhecimento: a quem pertence? Quem selecionou? Como foi organizado? Como é ensinado? Qual grupo o organizou?

Para refletir sobre o tema hoje, pode-se analisar organizações como a Associação de Olho no Material Escolar, fundada em 2021. Esta ONG se propõe a produzir conhecimento técnico-científico, a formar docentes e a atuar junto a políticas públicas educacionais (De Olho, 2026). Busca indicar quais conhecimentos devem ser



tidos como “científicos”, com legitimidade para constar nas escolas. Portanto, o currículo sendo um campo em disputa.

A definição do status relativo do conhecimento e sua acessibilidade diz respeito à deferência dada a conceitos e as estruturas econômicas aos quais se relacionam. Caracteriza-se pela escassez e instrumentalidade, não sendo acessível a todos. Assim, Apple (2016) aponta que as escolas reproduzem a desigualdade, e promovem a distribuição desigual de conhecimento.

As questões anotadas por Apple são tema da pesquisa de Nunes, Gevehr e Jung (2025), que analisou os impactos da pandemia de 2019 na educação. O artigo aponta obstáculos relacionados ao acesso à internet e a equipamentos nas redes públicas, enquanto escolas privadas se adaptaram de forma rápida às novas demandas.

Quanto à função social do currículo, estudos iniciais, alinhados à Administração Científica, aproximaram-no da vida adulta (Apple, 2016). Logo, o currículo enfatiza a integração social, valores e comportamentos voltados às demandas do trabalho, produz consenso normativo e cognitivo. Desde cedo, os estudantes reconhecem no mestre a figura de autoridade e aprendem a operar em um sistema de recompensas que molda suas atitudes.

A atualidade desta perspectiva é vista no estudo de Peralta e Santos (2022), que analisou vídeos da Secretaria de Educação de Goiás voltados ao desenvolvimento de competências socioemocionais de alunos do Ensino Fundamental. Os resultados apontam que o material usa jargão motivacional, voltado ao mercado do trabalho e à lógica produtivista.

As escolas promovem a produção de conhecimento técnico para a criação de mercados, controle de produção do trabalho e de pessoas através de pesquisas básicas e aplicadas que servem ao capital econômico e cultural, controlados pelas camadas abastadas da sociedade. Assim, o conhecimento tido como legítimos opera a estratificação de alunos e atende às necessidades de formação social (Apple, 1989).

Organizações definem e controlam o trabalho por meio de mecanismos burocráticos incorporados à estrutura social: regras, hierarquias, procedimentos, avaliações, sanções e recompensas (Apple, 1989). Esse controle legitimado prevê cargos



e tarefas articulando desqualificação e controle técnico. Logo, a separação entre concepção e execução evidencia o fracionamento das atividades em unidades mínimas.

Uma forma de controle aplicada às escolas é a adoção de sistemas apostilados, materiais padronizados, que incluem relações de objetivos, conteúdos curriculares e materiais necessários, especificação de atividades a serem realizadas e as respostas “certas”, além de testes de diagnóstico e de rendimento (Apple, 1989).

Pode-se traçar um paralelo com os processos de desqualificação que ocorrem com empregados, a separação entre o planejamento, ou atividade intelectual, e execução. Há definições tão precisas e exatas sobre o trabalho, que quase nada resta a ser concebido pelo docente. Apple (1989) diz que a requalificação opera através da aquisição de uma visão ideológica capitalista.

As responsabilidades dos professores relativas ao planejamento das aulas, desenvolvimento dos conteúdos, escolha dos métodos didáticos e até a necessidade de adaptação para alunos com necessidades específicas deixam de ser realizadas por eles, pois estão prontas nestes sistemas.

Para Apple (1989, p. 161) outra consequência da adoção de métodos apostilados é que “à medida que os professores perdem o controle das habilidades curriculares e pedagógicas para as grandes casas editoras, essas habilidades são substituídas por técnicas para controlar melhor os alunos”.

O uso dos materiais prontos promove a individualização. Cada aluno pode seguir seu próprio ritmo, reduzindo interações com o professor e com colegas. Isso se aproxima dos processos fabris de controle técnico. O professor atua como um gerente frente a linha de produção que é a sala de aula (Apple, 1989).

Bego (2017) estudou a implementação de um sistema apostilado de ensino (SAE) em uma rede municipal. Ele aponta como fatores para a adoção do SAE a percepção de eficiência e produtividade da escola perante a população, e para os gestores a segurança de que os professores receberão formação continuada, além da garantia de obter material para todos os alunos e, assim melhorar seus índices em avaliações externas. Para os professores, a rigidez das apostilas caracteriza-se como terceirização didática, alienando-os de seu fazer.



Apple (1989) argumenta que a desqualificação e requalificação do sistema extrapolam a sala de aula, impactando relações sociais. O isolamento docente e a individualização são reforçados por controles técnicos sobre o currículo, contribuindo para a formação de sujeitos alinhados aos interesses capitalistas. Trata-se da hegemonia ideológica que sustenta a dominação de classe. Mas, não é apenas em escolas ou salas de aula que essa concepção é formada. O aparato cultural legitima a valorização do indivíduo e a percepção da sociedade sobre seus membros a partir de suas capacidades técnicas, a ponto de relações sociais nascerem da admiração sobre a competência das pessoas.

Quanto à proletarização, Apple (1995) destaca a expansão de ocupações com pouco ou nenhum controle sobre o trabalho. Essa preocupação se atualiza no “trabalho plataformizado” (Oliveira; Carelli; Grillo, 2020). No Brasil, há cerca de 1,7 milhão de motoristas de aplicativo (IBGE, 2025), configurando o que o autor denomina empregados semi-autônomos.

Apple (1995, 2002) também ressalta a dimensão de gênero sobre a proletarização, indicando que as mulheres estão mais sujeitas devido à menor valorização de suas condições de trabalho. Apple (1995) descreveu como o ensino tornou-se um “trabalho de mulheres”. A realidade permanece inalterada. Dados do Censo Escolar de 2022 (Brasil, 2023) dão conta de que o ensino básico brasileiro conta com 79,2% de professoras. A compreensão da questão de gênero dentre os professores torna-se essencial para compreensão acerca dos desdobramentos da intensificação do trabalho nas escolas.

A adoção de sistemas de desqualificação, requalificação e intensificação do trabalho envolve a definição, por especialistas externos, do que e como deve ser executado. Assim, emerge a sensação de profissionalização, associada à exigência de novas habilidades e ao uso de critérios técnicos, levando docentes a ampliar suas jornadas. Apple (1995) observa que, paradoxalmente, o controle do trabalho docente também abriu espaço para resistência, ao permitir que mulheres evidenciem desigualdades salariais e de tratamento.

## CONCLUSÕES

Ao percorrer as obras inaugurais de Apple, apresentou-se conceitos e eixos analíticos que estruturam sua crítica às relações entre escola, currículo, poder e trabalho



docente e exemplos cotidianos que permitem pensar sua atualidade. A discussão evidenciou como ideologia, hegemonia, economia política da escolarização, controle do trabalho educacional, classe e gênero constituem categorias fundamentais para compreender a política educacional, a organização da escola e do currículo, como um valorizado campo de disputa hoje.

## REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. Educação e poder. 2ª reimpressão (2002), Editora Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Artes Médicas, 1995.

\_\_\_\_\_. Ideologia e currículo. Artmed Editora, 2016.

BEGO, A. M. A implantação de sistema apostilado de ensino e o trabalho docente: os problemas e as decisões de uma rede escolar pública municipal. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo Escolar**. 2023.

De Olho no Material Escolar. Quem somos. Disponível em: <https://deolhonomaterialescolar.com.br/quem-somos/>

IBGE. Notícias. Número de trabalhadores por aplicativos cresceu 25,4% entre 2022 e 2024.

NUNES, V. N.; GEVEHR, D. L.; JUNG, C. F. Pandemia do Covid-19 e seus impactos e desafios na educação: uma revisão sistemática. **Revista Signos**, 2025.

OLIVEIRA, M. C. S.; CARELLI, R. L.; GRILLO, S. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. **Revista Direito e Práxis**, 2020.

PERALTA, A. L. B.; SANTOS, S. V. Ser Estudante: uma visão crítica das habilidades socioemocionais. **Olhares**: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, 2022.

